

O general e o político no fio da navalha

Maria Celina D'ARAÚJO e Celso CASTRO (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. 508 páginas.

Adriano Nervo Codato

O general Ernesto Geisel não recebia jornalistas. Muito menos expressava suas opiniões políticas além do círculo íntimo formado por alguns amigos e ex-colaboradores de seu governo. Assim, não chega a ser surpreendente que seu longo depoimento a Maria Celina D'Araújo e Celso Castro investigadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), da Fundação Getúlio Vargas tenha chamado tanta atenção do público não universitário. Problema diferente, no entanto, é explicar por que o livro *Ernesto Geisel*, não obstante seus méritos inegáveis, tornou-se um dos mais vendidos do país.

A entrevista conduzida por D'Araújo e Castro faz parte do amplo projeto empreendido pelo Cpdoc visando resgatar a "memória militar" sobre o regime de 1964. Desse esforço comum já haviam surgido três títulos, dos mesmos autores, em colaboração com Glaucio Ary Dillon Soares,

todos publicados pela editora Relume-Dumará: *Visões do golpe* (1994), *Os anos de chumbo* (1994) e *A volta aos quartéis* (1995). A opção por publicar um volume em separado com a entrevista do general-presidente na íntegra deveu-se à avaliação de que as declarações ali contidas representariam "o que Geisel quis deixar como testemunho para a posteridade" (p. 10), já que o livro só deveria aparecer depois que o próprio desaparecesse. Mas como não existe um auditório universal, poderíamos também acrescentar que seu depoimento, além do valor histórico inegável, deveria servir para outro fim, mais político: ajustar as contas com amigos e inimigos, principalmente.

Todo o trabalho ocupou 19 sessões entre julho de 1993 e março de 1994, mais dez encontros para entrevistas complementares a fim de estabelecer o texto definitivo, revisado e completado minuciosamente pelo ex-

presidente. Como resultado, os registros foram organizados em três blocos temáticos "Formação e carreira," "A Presidência da República" e "O Brasil da transição" dispostos em ordem cronológica.

No geral, a imagem projetada de Geisel por ele mesmo concorda, em parte, com a crônica política convencional. Nacionalista em política externa ("Pessoalmente não tenho nada contra os Estados Unidos, tenho é contra a orientação governamental americana de natureza imperialista", p. 341), desenvolvimentista em política econômica ("Creio que a pior situação que o país e o mundo inteiro vivem é a recessão", p. 327), pragmático nas questões de Estado ("Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões", p. 225), anticomunista mas "estatizante", como fez questão de se autodefinir (p. 249), o mais reputado "tecnocrata militar" conspirou a maior parte do tempo, dentro e fora da caserna, inspirou várias soluções de força como o Ato Institucional nº 2, que introduziu, em 1965, o bipartidarismo e adotou-as quando julgou necessário. Se o general Geisel foi, durante seu governo, por função e por temperamento, "um autoritário contra o autoritarismo", como já foi descrito, é porque estava convencido de que se havia de encontrar um modelo político que, ao mesmo tempo em que afastasse as Forças Armadas do governo, não fizesse voltar as variantes "populista" e "liberal" da democracia à brasileira. Daí que o "castellismo" no poder não sustente com facilidade a imagem favorável que freqüentemente lhe foi atribuída pelos politólogos.

Esse ideário político conservador foi forjado desde cedo na Escola Militar do Realengo e temperado por todos os eventos nos quais se envolveu: Geisel foi tenente em 1930, combateu os paulistas em 1932, ajudou a sufocar o levante comunista em 1935, participou da operação militar que depôs Getúlio Vargas em 1945, resistiu às tentativas de golpe às vésperas da posse de Juscelino Kubitschek em 1955, teve atuação importante na crise da renúncia de Jânio Quadros em 1961, atuando em favor da solução parlamentarista, e foi, como se sabe, "revolucionário" destacado em 1964 ao lado de Castello Branco. O livro é, assim, mais que um testemunho vivido da política

nacional, uma espécie de compêndio dos bastidores e lances ocultos da história republicana, filtrados numa linguagem clara, direta e sincera. Geisel não se furta em julgar quem quer que seja, ora segundo suas convicções políticas, ora segundo suas idiossincrasias. Particularmente severo com os ex-presidentes militares (salvo Castello), dá-nos sua visão dos grupos palacianos rivais em cada conjuntura importante, frisando a divisão política e ideológica entre "duros" cujo desejo era continuar a ditadura indefinidamente e "moderados", nos quais se inclui, "que queriam normalizar o país, sabendo que a normalização tinha que ser progressiva e que não se podia fazê-la do dia para a noite" (p. 213).

De todos os assuntos tratados e aqui é impossível não registrar a habilidade extrema dos entrevistadores para pautar praticamente todas as questões mais importantes da política brasileira nos últimos 60 anos, pode-se destacar um tópico dentre os muitos que esclarecem bastante bem a montagem e o funcionamento do Estado ditatorial.

Retrospectivamente, o governo de Ernesto Geisel (1974-79) foi descrito como "pendular". Alternou ora ciclos de liberalização institucional, ora ciclos de repressão política. Para o general, a oscilação entre esses dois pólos não foi planejada como de resto pouquíssima coisa foi planejada no regime "revolucionário", tampouco resultou da relativa fraqueza de seu governo para impor o projeto imaginado por ele e pelo general Golbery do Couto e Silva para "normalizar" a vida política nacional. O núcleo do problema estava em que havia duas frentes de combate: "contra os comunistas e contra os que combatiam os comunistas" (p. 369). Os "comunistas", aí, além de designar os próprios, incluía toda a oposição institucional reunida no MDB e os setores liberais da "sociedade civil". Os anticomunistas eram principalmente a "linha dura" militar, que contava com um enorme dispositivo de poder, os aparelhos de informação de cada ministério (CIE, CISA e Cenimar), convertidos em bases para todo tipo de ação repressiva autônoma. Era, portanto, no exíguo espaço entre essas duas opções que o governo deveria correr. A habilidade do presidente Geisel para afastar os "radicais" de um lado e de outro, sem aglutinar o Exército contra si,

mas também sem deixar de sinalizar a urgência de uma "distensão" nos controles políticos, é descrita com detalhes. Penso que é justamente por essa via que se deva compreender o enorme acúmulo de poder na Presidência da República e o caráter imperial do seu exercício. A centralização tornou-se assim, paradoxalmente, a via da "abertura".

Ernesto Geisel tornou-se um *best-seller*, a exemplo dos *Diários* de Getúlio Vargas. Embora os dois ex-presidentes sejam ao lado de Juscelino Kubitschek as figuras mais marcantes da política brasileira no século XX, a notável recepção da obra em questão merece alguns brevíssimos comentários.

É razoável imaginar que a curiosidade dos leitores, nesse caso específico, se veja alimentada por três fontes

simultâneas. Em primeiro lugar, pelo proverbial mutismo do general Geisel, mutismo esse sobreposto ao caráter secreto que todas as decisões públicas (ou a maioria delas) tomaram durante o regime ditatorial-militar. Em segundo lugar, pelo desejo sincero de conhecer "como as coisas se passaram de fato", expectativa essa alimentada, por sua vez, pela natureza da fonte: o depoimento. Um dos correlatos dessa esperança é supor que o depoente saiba tudo e, mais, que esteja disposto a contar tudo. Por último, acredito que haja entre nós uma certa supervalorização da "história de vida", mesclada com a vontade de penetrar na intimidade do entrevistado para daí alcançar, sabe-se lá como, a caixa preta do Estado e decifrar sua imensa maquinaria burocrática. A "ilusão biográfica" de que nos fala Pierre Bourdieu.

ADRIANO NERVO CODATO

é professor de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR).